

# Teias invisíveis - controlando a imigração através de mecanismos econômicos

*Thais França<sup>1</sup>*

## Resumo

Atualmente os controles de imigração assumem diversas formas para além das clássicas políticas de regulação de entrada de imigrantes em território nacional empreendidas pelo Estado. Ainda que essas políticas sejam as primeiras e as principais formas de controle a qual os imigrantes estão expostos, existem outras formas de regulação que operam de uma maneira mais sutil, mas cujos efeitos tem sido determinantes no processo de integração dos imigrantes nos países de acolhimento. Na era da precarização do trabalho, do dismantelo do Estado de bem estar e da generalização da insegurança social, o crescimento da instabilidade e da heterogeneidade das relações de trabalho atualmente tem funcionando como um regulador da população marginal. A dicotomia entre os trabalhadores de centro – trabalhadores qualificados, com salários adequados, contratos de trabalho estáveis – e trabalhadores de periferia – não qualificados, instáveis e baixos salários – somado ao crescimento da economia informal e a perda de antigos direitos laborais faz com que os trabalhadores possuam pouca margem de manobra nas negociações em busca de melhores condições de trabalho. Esses processos, juntamente, com as práticas de segregação étnico-raciais da nossa sociedade, levam os imigrantes cada vez mais para um situação de marginalização e vulnerabilidade.

**Palavras chave:** imigração, precarização, Mercado do trabalho, criminalização

O enfraquecimento do Estado de Providência e das políticas sociais e de assistência para os grupos vulneráveis e populações de risco – que diante do vilipêndio das relações salariais, tornam-se ainda mais vulneráveis é um aspecto fundamental para compreender-se a atual crise social na Europa. E nesse movimento é o próprio Estado que executa e organiza sua saída da linha de frente, para que o mercado financeiro

---

<sup>1</sup> Pós-Doutoranda no Centro Investigação e Estudos em Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa. Doutora em Sociologia pela Programa de Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo da Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra - Portugal. Mestre pelo programa Erasmus Mundus em Work, Organizational and Personnel Psychology - WOP-P, Universidade de Bolonha - Itália (2008). Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2004).

assuma seu lugar e as leis do neoliberalismo possa regular as políticas econômicas e sociais (Santos, 1998).

Encontro nas ideias de Wacquant (2003) acerca do avanço do neoliberalismo e a penalização da miséria um elemento inovador para a compreensão desse novo papel que o Estado passa a desempenhar. Na análise do referido autor, para além das transformações do papel do Estado consequentes da implementação da ideologia neoliberal – diminuição do Estado econômico e desmantelamento do Estado Social – deve-se considerar ainda o fortalecimento do Estado Penal. As novas políticas estatais mostram-se ineficientes para promover a integração estável dos cidadãos; e não sendo mais capaz de regular as novas formas de pobreza geradas pelo avanço do neoliberalismo, pelo desmantelamento de suas antigas instituições e pela redução do seu papel enquanto Estado de bem estar, o Estado utiliza-se cada vez mais das instituições penais e de mecanismos de criminalização para controlar a desordem social existente. Ou seja, inicia-se uma dinâmica de administração dos segmentos mais baixos da sociedade através mais da punição, do que de propostas de integração.

Enquanto nos Estados Unidos isso se dá principalmente em relação a população pobre e negra, sendo entre essa população os maiores índices de encarceramento (Wacquant, 2008), na Europa, a realidade dos imigrantes vindos do Sul Global ilustra de forma concreta essa situação. Em geral, os imigrantes são apresentados como estando diretamente associados ao aumento dos problemas econômicos e sociais, crescimento dos índices de desemprego, insuficiência do serviço de saúde e aumento da criminalidade (Guia, 2008). De forma que passam a ser considerados como socialmente indesejáveis e são estigmatizados como uma população de sujeitos marginais e perigosos, que deve, por tanto, ser regulada de forma mais sistemática. Ou seja, recai sobre os imigrantes a cristalização de todos os medos e inseguranças sociais, que na verdade, são consequências dos processos excludentes inerente a globalização hegemônica.

As mudanças políticas, econômicas e sociais que vem ocorrendo em todo o mundo tem levado além de uma crise social, à desestabilização do mundo trabalho. Diante das mudanças estruturais que o capitalismo vem passando, o trabalho parece ter perdido sua força frente ao capital, as preocupações com o social retraem-se, e o neoliberalismo impõe triunfantemente suas regras e exigências.

Como consequência da ascensão das políticas neoliberais assiste-se um processo desenfreado de desregulação da concorrência, liberalização comercial e

imposição de novos patamares de flexibilidade que asseguram o triunfo do capital sobre o trabalho. Seguem-se processos de desindustrialização, desestabilização, precarização e de uma nova divisão internacional do trabalho, resultando no aumento da insegurança, no emprego, na renda, nas dinâmicas de representação e na proteção social (Alves, 2011).

O desmantelamento do mercado de trabalho, juntamente com a multiplicação de formas e vínculos laborais precários e instáveis tem contribuído para difusão da insegurança social e para redesenhar novas linhas de demarcação das desigualdades sociais, que resultam no aumento dos fatores de risco, exclusão e marginalização dos trabalhadores situados nas camadas mais baixas e na diminuição da solidariedade. A precarização dos vínculos laborais faz recair sobre a classe trabalhadora a gestão dos riscos associados ao desemprego e proteção salarial, enquanto os empregadores tornam-se cada vez mais desresponsabilizados pelos direitos associados ao trabalho.

Porém, é importante perceber que ainda que o movimento de desestabilização do trabalho seja intenso, nem todos sofrem igualmente essas consequências. Há claramente um processo de polarização: enquanto um pequeno grupo de trabalhadores altamente qualificados, cada vez mais restrito, goza de estabilidade, prestígio social e bons níveis de remuneração; outro, que representa a maioria, encontra-se em situações de instabilidade e de insegurança (Piore, 1979; Peixoto, 2004).

A busca por mão de obra estrangeira barata é inerente a estrutura econômica das sociedades avançadas, a relação entre mão de obra imigrante, flexibilidade e precarização do mercado de laboral já vem de algumas décadas (Antunes e Alves, 2004; Peixoto, 2008). Essa demanda não se explica unicamente pela “escassez” de mão de obra nacional, mas principalmente porque trata-se de um recurso mais barato, menos assistido pelos direitos trabalhista e pelos próprios sindicatos, servindo de forma adequada aos interesses do capitalismo, uma vez que também pode ser mais facilmente descartada, sem grandes custos econômicos e sociais. Diante dessa dinâmica, trabalhadores imigrantes constituem-se como um grupo invisibilizado e desempoderado que funcionam como a mão de obra barata por excelência (Wacquant, 1998).

A fragmentação dos sistemas de trabalho leva ao surgimento de novas linhas de recomposição social, com forte impacto na reestruturação das classes (Estanque, 2005). A maioria da população imigrante trabalhadora situa-se no nível mais baixo da

estratificação do laboral, de forma que para algumas abordagens teóricas podem ser identificada como fazendo parte de uma subclasse social (Sassen, 1999; Santos, 2004 e Estanque, 2005). Assim, imigrantes, juntamente com outros trabalhadores pouco qualificados, desempregados, deficientes localizam-se em um limbo, fora ou abaixo da classe dos trabalhadores tradicionais, não possuindo, portanto, uma posição de classe definida. No caso da população imigrante trabalhadora é fácil perceber que se trata de um grupo que foi menos incluído do que excluído, que sofre os efeitos da inclusão subalterna que a globalização hegemônica opera nos grupos mais fracos e vulneráveis (Estanque, 2005; Santos, 2001). A população imigrante em geral não é “globalizada”, mas sim “deslocalizada” de seus países devido as dificuldades econômicas, desastres ambientais, questões políticas ou religiosas. Ao chegar nos país de destino é incluída de forma periférica e passa a ficar circunscrita a microespaços degradados e marginais (Santos, 2001 e Estanque, 2005;).

Esse processo, aliado aos mecanismos existentes de segregação e exclusão social, à crise do Estado de Providência, que implica na redução dos programas de assistência para os membros mais vulneráveis da sociedade – situação em que a maioria da comunidade imigrantes encontra-se – corrobora para empurrar cada vez mais a população estrangeira para a periferia da sociedade e para situações de marginalização (Wacquant, 2004, 2007).

Se foi o desmantelamento do mercado de trabalho, com a difusão dos empregos precários e com baixos níveis de qualificação que provocou os deslocamentos internacionais de trabalhadores pouco qualificados; ou se foi a abundância de mão de obra pouco qualificada e barata oferecida pelos imigrantes que propiciou a atual configuração precária do mercado laboral é uma questão muito delicada que ainda exige uma análise mais cuidadosa e aprofundada, contudo pode-se afirmar que esses novos contornos do mercado laboral e as medidas de desestabilização do Estado de Providência tem servido como mecanismos de controle dos imigrantes. Isto é, para além dos tradicionais mecanismos de regulação e disciplinamento utilizado pelos Estados para controlar a entrada da população imigrante em seus territórios – vistos, leis, protocolos – atualmente novos rearranjos sociais também têm sido utilizados e apresentados como o meio mais apropriado para lidar com essa nova situação.

Esses mecanismos não apenas segregam os grupos imigrantes, como os estigmatizam e facilitam sua subtração do corpo social quando não são mais

necessários. Os imigrantes são estigmatizados e apresentados como um grupo problemático que precisa ser regulado, ao mesmo tempo em que as políticas de integração, assemelham-se cada vez mais à práticas de exclusão e repressão. Castel (2008) ao se referir aos filhos de imigrantes que vivem nos chamados “bairros sensíveis” nas periferias francesas afirma que eles estão em situação de alteridade total, ou seja, sobre eles recai todos os medos e rejeições da sociedade. Acredito que essa análise pode ser alargada a realidade dos demais imigrantes do Sul global que tentam (sobre)viver no espaço *schengen*. Trata-se de uma nova forma de exclusão, resultante das mudanças causadas pelas políticas neoliberais, nunca imigrantes foram tão estigmatizados como perigosos e problemáticos como atualmente (Wacquant, 2007).

Segundo Castel (2008) as várias formas de violência a qual esses grupos imigrantes estão submetidos, se constitui como a nova problemática da questão social, que se personifica na desproletarização, no persistente desemprego em massa, na pauperização de certas categorias de trabalho e instalação da precariedade como novo regime de trabalho, na segregação ou no exílio em bairros decadentes de escassos recursos públicos e na estigmatização, tanto pelo discurso da mídia quanto pelo discurso das políticas públicas. Discursos, esses que, ao ressaltarem e aprofundarem os diferentes traços das pertencas étnico-raciais, fazem dessas características base para um tratamento diferencial dos grupos de indivíduos. Identifico nesses persistentes mecanismos de exclusão e estigmatização ao qual a população imigrante em geral esta submetida aquilo que Castel (2008) denomina discriminação negativa, ou seja, a instrumentalização da alteridade como um fator de exclusão de categorias sociais consideradas indesejáveis: neste caso imigrantes dos segmentos mais baixos do mercado de trabalho.

Esse discurso ao mesmo tempo em que identifica a população imigrante como causadora de todos os males da sociedade – falta de emprego, superlotação nos hospitais e nas escolas, criminalidade, grandes investimentos em políticas sociais – , camufla os verdadeiros motivos da crise do Estado de Providência e das questões da insegurança da sociedade, uma vez que encobre o peso das políticas neoliberais nesse processo. Para Wacquant (2004, 2007) se nos países Europeus em virtude da forte tradição do Estado – católico ou social democrata – não se concretizou, como nos Estados Unidos, um verdadeiro processo de criminalização da pobreza, está em curso um forte processo de precarização do social. Para além da redução das obrigações do Estado de bem estar social no que diz respeito a saúde, educação etc., as políticas

sociais que são postas em práticas atualmente não atingem diretamente as causas da desigualdade social – ou seja, a desregulamentação dos mercados financeiros, a fragmentação do trabalho assalariado, aumento dos níveis de subemprego e desemprego – são incapazes de assegurar uma verdadeira integração que resulte num trabalho estável, ou na diminuição dos índices de pobreza, vulnerabilidade e isolamento social das populações marginalizadas.

A segregação étnico-racial do mercado de trabalho confirma a ideia de que os países europeus ainda conservam na organização de sua sociedade resquícios da organização de um Estado Colonial, visto o tipo de tratamento dispensam a uma parcela da população que é proveniente das antigas coloniais – Magrebinos na França, Indianos na Inglaterra, Brasileiros, Angolanos em Portugal, por exemplo (Quijano, 2009). Estigmatizados e identificados como inferior, aos grupos de imigrantes são reservados os postos mais baixos e mais penosos na escala laboral. E como dito anteriormente, uma vez que o trabalho continua a figurar como principal via de inserção na sociedade e acesso a cidadania, como afirma Estanque (2004), Santos (1998), Antunes (1999) quando esse vem a faltar, ou apresenta altos níveis de precariedade, automaticamente vê-se bloqueada a possibilidade de aceder a esses dois outros patamares.

Ora, sendo o mercado muito mais do que uma mera relação de troca, uma vez que é modelado por instituições políticas, econômicas e culturais, a instituição cultural do racismo não só está presente como tem um papel importante na conformação do mercado de trabalho (Balibar e Wallerstein, 1991). Em paralelo a acentuação das desigualdades do sistema mundial capitalista, o racismo vem se desenvolvendo como parte integrante dessa dinâmica. É verdade que não se trata mais de afirmar uma superioridade biológica de uma raça sobre a outra, mas sim de demarcar negativamente as diferenças culturais, utilizando essas diferenças como argumentos para justificar a desvalorização dessa força de trabalho, e por consequência os baixos salários.

From this point of view, Third World foreigners and quasi-foreigners would be ‘the blacks’ of Europe at the fin de siècle inasmuch as they occupy a homologous position at the confluence of the system of forces polarizing the occupational structure, fraying the social safety net, and eroding the

established ethno-national boundaries and make-up of the countries of the Old World (Wacquant, 2006, p. 84).

Nessa lógica, medidas conservadoras e excludentes passam a ser vendidas como ideias progressistas e os empregos precários são camuflados como empregos flexíveis e como a única maneira adequada de controlar a economia e conter as massas de desempregados (Wacquant, 2003; 2005; Castel 2008). Contudo, acredito que os trabalhadores precários, imigrantes e desempregados são menos responsáveis pelo crescimento dessa insegurança e pelo dismantelo do Estado de Providência, e sim mais sofrendores de suas consequências, posto que essa situação é resultante da aplicação das políticas neoliberais. O crescimento da tão anunciada insegurança social e da crise do Estado de Providência está relacionado ao desemprego em massa, a degradação das condições de trabalho, aumento da pobreza e o enfraquecimento das proteções sociais, causados pelos processos de globalização hegemônica e não o seu oposto. Ou seja, é a dismantelamento causado na sociedade pela globalização hegemônica e excludente que intensifica o aumento do desemprego, da degradação das condições de trabalho, do enfraquecimento das proteções sociais e consequentemente contribui para o aumento das incertezas, precarização e insegurança social.

O aumento com as preocupações acerca da insegurança social é também favorável ao desenvolvimento de políticas de disciplinamento e controle para combater o atual quadro de precarização social, sem que seja necessário modificar as suas verdadeiras causas. O que significa dizer que essas políticas agem apenas nas consequências mais visíveis dos problemas causados pelas práticas neoliberais, sem alterar sua gênese. Isto é, o dismantelamento do mercado de trabalho e do Estado de Providência passam a ser utilizados como um dispositivo de administração da insegurança social e como forma de disciplinar os trabalhadores, especialmente imigrantes (Wacquant, 2008). Para falar como Castel (2008), esses grupos são estigmatizados, excluídos, culpados por serem incapazes de se responsabilizarem sozinhos por si próprios, necessitando do apoio dos aparatos estatais e por serem onerosos ao Estado. Contudo é importante lembrar que esses sujeitos encontram-se em uma sociedade que desde o seu início está montada sobre a desigualdade, assim a “incapacidade” de adequar-se aos padrões sociais, não poderia ser atribuída a eles apenas.

### **Considerações finais**

Diante da crise do Estado de Providência e das péssimas remunerações oferecidas nos trabalhos precários e do risco do desemprego a exigência de que os imigrantes tenham uma renda suficiente para manterem-se no país receptor sem precisar depender das políticas assistências do Estado é justificada como uma maneira de assegurar o funcionamento mínimo do Estado de Providência, impedido assim, seu colapso total. Um dos argumentos, comumente utilizados, para justificar a quebra do Estado de Providência na Europa é o fato de que os imigrantes integram os maiores grupos dentre os desempregados e que também não contribuem na mesma proporção que se utilizam dos benefícios que lhes são oferecidos, causando assim a um déficit para o Estado. Contudo, estudos mostram que esse argumento é falacioso e manipulador, por exemplo, no caso de Portugal Peixoto et al. (2011) mostra que os imigrantes deixaram em 2011 um saldo de 316 milhões de euros para o cofre do Estado português.

Somada a essa crise, o processo de desmantelamento que vem assolando o mercado de trabalho, quase que impossibilita que os imigrantes encontrem trabalhos que permitam atender as exigências em relação aos valores para o rendimento imposto nas leis de imigração. Cada vez mais, aos imigrantes são reservados os postos de trabalho instáveis, mal remunerados e em atividades ligadas a economia informal; empurrando-os para a irregularidade e postos ainda mais precários. Mais ainda, sabe-se que uma das principais causas para a falência do modelo Estado de Providência, são as próprias pressões das políticas neoliberais que exigem que o Estado cada vez menos disponibilize investimentos para programas de assistência e solidariedade para as populações vulneráveis – o que inclui, obviamente, os imigrantes.

A exigência de que os imigrantes tenham um determinado rendimento para terem sua situação regularizada perante as leis migratórias dos países, em um momento em que os trabalhos que são oferecidos são cada vez mais precários e mal remunerados, em que as taxas de desemprego continuam a subir, inclusive entre os nacionais, e ao mesmo tempo em que o Estado de Providência mostra-se mais ausente, é uma forma camuflada de impedir a regularização dessa população. Ao mesmo tempo em que serve aos interesses do capital, uma vez que quando em situações de irregularidade, os imigrantes inserir-se-ão cada vez mais nas economias submersas, informais, submeter-se-ão a todo tipo de exploração, não reivindicarão seus direitos e configurando-se, portanto, como uma mão de obra cada vez mais barata e sem custos.



## Bibliografia

- ALVES, Giovanni (2011). *Trabalho e Subjetividade – o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo.
- ANTUNES, Ricardo (1999), *Os sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni (2004), “As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital”, *Educação e Sociedade, Campinas*, 25(87), 335-351. BALIBAR, Etienne;
- WALLERSTEIN, Immanuel (1998), *Race, nation, class : ambiguous identities*. London: Verso. CASTEL, Robert (2008), *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones*. Petrópolis- Rio de Janeiro: Vozes.
- ESTANQUE, Elísio (2005), “Classes, precariedade e ressentimento: mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais”, *Oficina do CES*, 238.
- ESTANQUE, Elísio (2009). “Sociologia e engajamento em Portugal: Reflexão crítica sobre trabalho e sindicalismo em tempos de crise”. In *Cadernos CRH - Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA)*, vol. 22 no. 56, Salvador da Bahia, mai/ago, 2009, pp. 311-324.
- ESTANQUE, Elísio (2012). “O Estado social em causa: Instituições, políticas sociais e movimentos sociolaborais no contexto europeu”. Silva, Filipe Carreira (org.) (2012), *Atitudes Perante o Estado e as Políticas Sociais* (título provisório). Lisboa: ICS PIORE, Micheal. (1979). *Birds of passage: migrant workers and industrial society*. New York, Cambridge University Press.
- PEIXOTO, João. (2004). “As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológica”, Lisboa, Socius Working Paper. 11/2204.
- PEIXOTO, João (2008), “Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes”, *Migrações*, 2, Lisboa : Observatório da imigração – OI, Alto Comissariado para a imigração e Dialogo Intercultural (ACIDI).
- PEIXOTO, João. (coord). et al. (2011). *Imigrantes e Segurança Social em Portugal*. Estudo OI, Lisboa, ACIDI.
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder e classificação social”, p.73-117, in Boaventura Santos. e Maira Paula Meneses. *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Edições Almedina, 2010.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. (1998), “Reinventar a democracia: entre o pré contratualismo e o pós contratualismo”, *Oficina Ces*, 107.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2001), “Os processos de globalização”, in. B. S. Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Afrontamento, 31- 106.
- WACQUANT, Loic.,” ‘Suitable enemies’: Foreigners and immigrants in Europe’s Prisons”. *Punishment and Society*, 1(2), pp. 215–223, 1999c.
- WACQUANT, Loic. (2001). “The Penalisation of Poverty and the Rise of Neoliberalism”. *European Journal on Criminal Policy and Research*, Special issue on Criminal Justice and Social Policy, 9–4 (Winter): 401–412.
- WACQUANT, Loic. (2006) “Penalization, Depoliticization, and Racialization: On the Overincarceration of Immigrants in the European Union”. In *Contexts of Control: New Perspectives on Punishment and Society*, edited by Sarah Armstrong and Lesley McAra. Oxford: Clarendon Press, pp. 83–100.
- WACQUANT, Loic. (2007). *Urban outcasts – A comparative Sociology of Advanced Marginality*. Cambridge, Polity.
- WACQUANT, Loic (2008). *Punishing the Poor. The Neoliberal Government of Social Insecurity*. Durham e Londres, Duke University Press.